



EDITORIAL

Ciência e Transformação Social na Saúde Coletiva

Science and Social Change in Public Health

Lilia Blima Schraiber

Editora da Revista "Interface – Comunicação, Saúde, Educação"
Professora Associada
Departamento de Medicina Preventiva
Faculdade de Medicina da USP
Av. Dr. Arnaldo, 455, 2º andar, sala 2170, Cerqueira César
CEP - 01246-903 - São Paulo SP
Tel.: (11) 3061 70 85
Fax: (11) 3061 84 66
liliabli@usp.br

Dentre os grandes aportes da produção científica contemporânea está o de sua participação nas mudanças sociais. Embora as ciências tenham, enquanto uma das práticas sociais, propósitos particulares que em muito diferem daqueles próprios à esfera da política, como bem assinalou Max Weber, não há como retirar-lhes a marca ético-política de serem inseridas em dado tempo histórico e em determinada socialidade. E no caso das ciências positivas da Modernidade e suas derivações, como o são as nossas atuais, essa marca é de suas decisivas intervenções sobre o mundo. Muitos podem ser os objetos de estudo e diversos também seus referenciais conceituais, mas cada ramo científico, desde sua região de conhecimento e em seus métodos correlatos, está voltado para inovações e mudanças, o que inclui igualmente o campo da Saúde Coletiva.

Desse ponto de vista a emergência de Saúde & Transformação Social não só é bem vinda ao campo, como nos motiva em propósitos adicionais: o de renovar, ultrapassando patamares já alcançados, para

ampliar nossos olhares rumo a novas transformações sociais; e o de refletirmos sobre as qualidades das renovações e a direção que imprimem às transformações sociais.

É nesse último sentido que devemos nos indagar: como a Saúde Coletiva é um desses atores da transformação social? Em quais âmbitos da vida social e até onde alcança?

Creio ser importante formular essas perguntas, pois nada mais ardiloso que o que nos parece já dado. Para tanto é importante lembrar nossos compromissos de origem. Com base neles, podemos compreender a jornada científica e social proposta e seus limites.

Como Saúde Coletiva, o campo nasce já duplamente engajado: em seus objetivos de saberes e práticas modernos e inserido em particular momento da história brasileira. Por isso, é militante do entrelaçamento entre a proposição de um campo científico, a crítica social e, mais longe, a transformação do Estado e da sociedade. Sendo gestado no período dos anos 1960-70, constituiu-se em plena época da

ditadura militar e das lutas por melhores condições de vida e saúde. Em sua formulação, uma grande cooperação ocorrerá entre pesquisadores das universidades, profissionais da saúde e movimentos sociais, voltada para a democratização da sociedade e do Estado.

Assim, aliou-se desde seu início à defesa dos direitos humanos e sociais, bem como à proposição e implementação de programas assistenciais e políticas públicas de maior equidade social. Vindo de uma crítica à biomedicina hegemônica e à saúde pública tradicional, com objetivos de politizar os saberes e práticas de ambas em mesma direção da maior equidade social, o campo opôs-se à forma restrita com que aquelas duas práticas atinentes ao campo da Saúde definiam as necessidades da população brasileira em seus diversos segmentos e estabeleciam serviços assistenciais. Pretendeu renovar, em prol de conseguir, por meio da Saúde, uma grande reforma da sociedade brasileira. Foi nesse sentido que, ao dispor-se como campo de produção de conhecimentos, interessou-se não apenas em articular os saberes da prática médica e da prática sanitária, mas também em articular o plano da produção dos conhecimentos com o plano assistencial, nas respectivas redes de serviços. De um lado, portanto, criticou a desarticulação entre um sistema de assistência médica e outro da saúde pública, do mesmo modo com que vinha criticando o isolamento e fragmentação dos conhecimentos médicos e epidemiológicos. De outro lado, nesta crítica, para que se articulassem a esses conhecimentos, abriu-se às contribuições das ciências sociais e das ciências humanas. Foi, desse modo, que definiu inovações: cunhando a integralidade em saúde, da interdisciplinaridade na produção científica às equipes multiprofissionais no plano da atenção, almejando contemporaneamente progressivas articulações intersetoriais.

O campo, então, busca discutir as desigualdades sociais, o poder e a democracia; mas isso significa a busca simultânea de resolver os adoecimentos, propor medidas de

prevenções e promoção da saúde, quer pelo melhor acesso ao potencial médico-sanitário já dado, quer pela crítica a este. Nesse empreendimento, compreende e assume que as questões sociais, éticas e políticas, não estão à margem dos conhecimentos científicos produzidos e do agir profissional: estão neles e no modo com que os articulamos no cotidiano dos serviços.

A Saúde Coletiva, portanto, tem sido e deve permanecer como ator direto das práticas políticas e sociais para a transformação da sociedade brasileira. E se na esfera da política essa participação dá-se pelas representações do campo e de seu pensamento nas instâncias e instituições governamentais e da sociedade civil, ou dá-se, na esfera dos serviços, pelo agir profissional em contextos dados de trabalho, na esfera da produção científica, dá-se pela pesquisa. Nesta, o engajamento é mediado pelo trabalho da produção dos conhecimentos. Revela-se nas escolhas dos objetos de estudo e dos referenciais teórico-conceituais, nas escolhas dos métodos e desenhos de investigação, na transparência dos critérios dessas escolhas anteriores, na preocupação para com a ética da pesquisa e para com sua qualidade científica, e, ainda, na efetiva divulgação dos resultados e suas análises em conhecimento produzido.

Não se é militante das transformações sociais, em um campo científico, sem envolver a produção científica de questões do social – tal é a responsabilidade ética e política do pesquisador. Não se é militante, sem se divulgar o produzido – tal é a responsabilidade social de quem pesquisa. Saúde & Transformação Social abre, nesse sentido, mais um espaço de engajamento.